ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores, colegas deputados, equipe técnica, imprensa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Lida e aprovada a Ata Setenta e Sete da Sexagésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 134/2024, da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 10.514, 10.638 e 10.919/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Gerson Claro e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Renato Câmara, Zé Teixeira e Caravina.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *- Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo.* ***ORDEM DO DIA*** *- Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2024, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 129/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao Grupo Zahran, em nome de seu atual presidente, senhor Antonio Carlos Moreira Turqueto, o Caio Turqueto, em razão do evento de Centenário do Fundador Presidente Ueze Elias Zahran (in memorian), um dos empresários mais importantes da história de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à senhora Silvana Melo Tude, pelo lançamento do livro 'Qualquer coisa não é qualquer coisa', no dia 14 de agosto de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao atleta Raul Wasnieski, de São Gabriel do Oeste; requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 20 de agosto de 2024, das 11h15min à 12h15 min, após a Sessão Ordinária, para realização da entrega de moção de congratulação aos militares do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul que participaram da força-tarefa de resgate enviada ao estado do Rio Grande do Sul; requerimento de informações, de autoria do deputado Roberto Hashioka; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Coronel David, Antonio Vaz, Jamilson Name, Mara Caseiro, Lidio Lopes e Zeca do PT.* ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *- Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida*

e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Hoje é um dia especial para mim, senhor presidente, porque é aniversário da Cris Corrêa, minha filha. "Expediente da Sessão Ordinária do dia 20 de agosto de 2024: Ofício nº 97/2024, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando o Convênio nº 1.358/2007, do Sistema de Esgotamento Sanitário de Bataguassu, com aprovação integral; Ofício nº 206/2024, do Poder Executivo, encaminhando, para análise e parecer desta augusta Casa, os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul); Ofício nº 288/2024, Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT; Ofício nº 0183/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando o Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001638-8 para análise de eventual inconstitucionalidade do parágrafo 9º do artigo 6º da Lei nº 4.163/2012; Ofícios nºs 1.066 e 1.067/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações do deputado Zeca do PT (Prot. nºs 6.965/2023, 539/2024); Ofícios nºs 11.020, 11.025 e 11.053/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, João Henrique, Zé Teixeira, Junior Mochi, Coronel David, Antonio Vaz e Mara Caseiro; Ofícios nºs 2.704 e 2.739/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima e João Henrique (Prot. nº 1.678/2024); Cartas nºs 5 e 6/2024, da CCR MSVia, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira e Neno Razuk (Prot. nº 2.264/2024)." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado João Henrique... Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu venho apresentar algumas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Nísia Verônica Trindade Lima, ministra de estado de Saúde, solicitando estudos no sentido de incluir no Calendário de Vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS) a vacina de proteção contra a herpes-zóster, para atender a população brasileira da faixa etária com mais de 50 anos. Conforme o Sistema de Informações Hospitalares do SUS, acessado por meio da Datasus, a internação por herpes-zóster cresceu, em 2024, cerca de 31%, em relação ao ano de 2021, sendo mais afetadas as pessoas mais velhas. O problema pode ser evitado, ou pelo menos amenizado, com a aplicação da vacina, que não está disponível no Calendário de Vacinação do SUS. A imunização, embora seja disponível na rede privada de medicamentos, é inacessível para a maioria dos brasileiros, pois a dose custa cerca de 800 reais, e, para imunizar efetivamente a pessoa, são necessárias duas doses da vacina. Portanto o tratamento preventivo custa cerca de 1.600 reais. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a execução de obras de

recuperação do asfalto da MS-386, que liga o município de Amambai ao município de Ponta Porã. Esta é uma demanda antiga dos moradores da região, que reclamam das condições da malha asfáltica, principalmente no sentido Amambai-Ponta Porã. Por ser uma região de produção agrícola, existe um grande tráfego de veículos pesados, causando muitos danos no asfalto. Diante da situação, os moradores temem a ocorrência de acidentes e avaria de veículos. Por fim, uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Camila Talgatti Terra, acadêmica da UFGD (com cópia ao professor doutor Tomaz Espósito Neto), pela conquista do primeiro lugar no 28º Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais, com a pesquisa cujo tema é "O Brasil na política externa comum da União Europeia, parceiro ou rival?". O Eneri é o maior evento de estudantes de Relações Internacionais da América Latina e ocorre anualmente desde 1995, com o intuito de fomentar o intercâmbio de saberes entre estudantes, profissionais e entusiastas da área, difundindo o conhecimento e promovendo networking, integração acadêmica e social, além de aperfeiçoamento profissional e pessoal. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passo, neste momento, a presidência da sessão ao deputado Renato Câmara, para que eu possa apresentar uma indicação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Quero registrar que esta indicação foi também assinada pelos deputados Zeca do PT e Paulo Corrêa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Hélio Peluffo Filho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Mauro Azambuja, diretor-presidente da Agesul, e ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho que liga a rodovia municipal Adão Claro à Agrovila Capão Bonito I, em Sidrolândia. Com isso, serão beneficiados todos os assentamentos de uma grande região de Sidrolândia. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Eu devolvo a presidência ao deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, caros colegas deputados, servidores e todos que acompanham a nossa sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao representante da empresa CCR MSVia, administradora da BR-163, solicitando a implantação de sistema de iluminação da pista na altura do KM 831. Justificativa. A presente solicitação é fruto de reivindicação dos moradores locais e foi encaminhada ao meu gabinete pela senhora Clarice Evelyn, da cidade de Sonora. A falta de iluminação na via oferece risco à segurança dos motoristas e transeuntes. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David... Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia a todos! Eu quero apresentar três indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando o direcionamento de recurso da União a ser investido na construção de salas de aula no Centro de Educacional Infantil da Universidade Federal da Grande Dourados, no município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na rua José Carola da Silva, corredor público A, no condomínio Green Park; bem como de patrolamento e encascalhamento da Chácara dos Caiuás, no município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a execução de obras de revitalização, com a colocação de pedras, da pista de caminhada do CEP BNH II, segundo plano, no município de Dourados. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Alems e pela Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Esporte e Lazer, senhor Paulo Ricardo Martins Nunes, solicitando que seja providenciada visita técnica para avaliação e manutenção do campo sintético do Programa MS Bom de Bola, localizado no distrito de Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina. A arena apresenta degradação provocada pelo tempo e uso. Eu estive em Nova Casa Verde para dar um apoio político ao nosso candidato, e fui procurado por populares, os quais me relataram a situação. A quadra é nova, ainda está na garantia, e já se encontra toda deteriorada. Portanto, solicitamos que o secretário acione a empresa responsável pela obra, para que ela resolva o problema. Este pedido nos foi apresentado pela senhora Ângela do ônibus, candidata a vereadora, que já faz um trabalho importante naquela comunidade. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 02547/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 02549/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 02558/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02556/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02557/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 02551/2024, 02552/2024, 02548/2024); dois projetos de resolução (Prot. nºs 02546/2024, 02545/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: um requerimento (Prot. nº 02540/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 02554/2024); um requerimento (Prot. nº 02555/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02553/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um projeto de lei (Prot. nº 02537/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02544/2024, 02543/2024, 02542/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado João Henrique...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu quero fazer dois registros. O primeiro diz respeito à comissão dos aposentados. Eu falei hoje, por telefone, com o secretário Frederico e também com o secretário Rodrigo Perez e quero comunicar aos colegas que o projeto referente a isenção para servidores aposentados com comorbidades virá para esta Casa depois de amanhã, quinta-feira. O governo do estado fez esse compromisso conosco. Eu tenho certeza de que esta Casa dará a celeridade necessária para que o projeto seja aprovado rapidamente. A proposta vai beneficiar os servidores aposentados que têm comorbidades e que ganham até três salários mínimos. Segundo registro. Esta semana estamos comemorando os noventa e três anos da irmã Silvia, do Hospital São Julião. Ela dedicou sessenta anos de sua vida àquela instituição. Portanto, eu gostaria de encaminhar uma moção para ela em nome da Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ela recebeu o prémio Zilda Arns.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim. Segunda-feira. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente. **PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu vou inverter meu tempo com o deputado Zé Teixeira, mas quero registrar o estouro da represa do Nasa Park, ali na BR-163, sentido Campo Grande-Jaraguari. Quero solicitar às concessionárias e ao governo do estado que ofereçam o suporte adequado e necessário aos moradores da região e aos motoristas, uma vez que a água está transbordando, passando por cima da rodovia. Eu não vou fazer esta solicitação por requerimento porque a situação exige que medidas sejam adotadas em caráter de urgência. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós já vimos imagens do rompimento da represa. A situação é grave mesmo. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, muito contente e orgulhoso, venho registrar o aniversário de um dos melhores fotógrafos que conheço, com premiação internacional, grande amigo, grande parceiro, em cujas veias corre o sangue paraguaio, o irmão Ernesto Franco. Ele está fazendo cinquenta e cinco anos. Grande profissional desta Casa. É muito bom viver este momento com essa grande figura. Que Deus o proteja. Que você continue sendo esse profissional dedicado, companheiro e amigo. Um grande abraço. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero render homenagens à Nélcia, que aguenta o Ernesto Franco há muito tempo [risos]. Um abraço à Nélcia e aos filhos do Ernesto. Parabéns! Que Deus o abençoe, meu irmão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, Ernesto, em nome da Casa! Registramos e agradecemos a presença do senhor Flávio José Duarte, vereador do município de Coxim. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu não compareci ao Plenário alguns dias; mas participei das sessões de modo on-line. E ouvi vários deputados falarem aqui a respeito do que está acontecendo no município de Douradina. E me causou estranheza ouvir a defesa exclusivamente de um lado. Douradina foi criada há vários anos, e a colônia agrícola foi feita em 1942 ou 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. Terra devoluta é terra desobstruída. O governo federal, à época, desapropriou a terra e a dividiu em 12 mil lotes de 30 hectares, formando 360 mil hectares de terra, e Getúlio Vargas entregou o título às pessoas que lá moram há 50, 60, 70 anos. Claro que pessoas já morreram, mas seus herdeiros estão na terra. Mas a briga é desigual. Hoje, vemos pessoas que estão com a terra há décadas discutindo pelo direito de ficar com ela. Isso é fora do comum. Os indígenas, que já passaram por muitas situações neste país, porque o SPI foi criado em 1910 e foi até a revolução de 1964, quando foi extinto. Mas, no passado, as terras eram tituladas, e as etnias passavam pelos processos de aquisição das terras como qualquer pessoa. E quem titulava as terras? O Estado, em 1920, 1923. Acontece que o Estado titulou cerca de oitenta pessoas. Hoje, há onze, doze, treze mil pessoas na região, e o pedaço de terra é o mesmo. Ocorre que os índios são tutelados pelo governo federal. Ou seja, a terra que eles ocupam não é deles, é da União. O deputado Pedro Kemp fez um aparte aqui dos mais brilhantes, no qual ele disse que a ministra esteve aqui no estado. Ela veio com um grande número de policiais federais fazendo sua segurança, e foi embora sem resolver nada. Os índios estão fazendo absurdos diante dos olhos da polícia, que o governo mandou lá para evitar os atritos. Os índios estão colocando fogo na palhada de milho, quebrando casas, roubando coisas, estão colocando fogo no patrimônio das pessoas. Não podemos aceitar que a bancada federal de Mato Grosso do Sul fique calada diante do que está acontecendo. Se os direitos são iguais perante a lei, por que eles amparam somente os índios e não amparam as pessoas que estão trabalhando para pagar seus impostos? Ninguém está olhando para essas pessoas. Eu fui ao local. É uma vergonha o que está acontecendo em Caarapó e em Douradina. Só em Caarapó foram indiciadas vinte e duas pessoas. Seis pessoas foram indiciadas, mas não conseguiram chegar lá porque a estrada estava obstruída. Eles foram filmados e foram indiciados porque estavam tentando ir lá. Acontece que eles não chegaram.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Essas são coisas que a gente vê na Justiça Federal. É o maior absurdo. Não veem que os nossos direitos são iguais. Existe uma Constituição a ser obedecida neste país. Invasão de terra é crime. O que está acontecendo em Panambi é uma briga política, é uma disputa pelo voto dos índios. Um lado diz que está protegendo os índios, o outro diz que estão comprando os índios. É uma vergonha, deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência fez um aparte aqui outro dia, dos mais justos, com muita coerência, e disse que a ministra esteve aqui no nosso estado. Mas ela veio aqui, passeou, com um aparato da polícia, tirou fotografia, e foi embora, sem resolver nada. Eu conversei com o governador Riedel e disse a ele

que em Rio Brilhante há fazendas invadidas, a do senhor Raul, a da família Silveira e outra do lado de lá. Aliás, parece que eu até fui benzido ao sair da Bahia, passar um período em São Paulo e depois vir para cá, porque aquela fazenda foi minha em 1964, a fazenda Santa Helena. Agora ela está invadida por índios. Então, que o governo adquira as três fazendas e as distribua entre os índios. Mas nós esperamos que não deixe o produtor rural abandonado. O Getúlio Vargas assentou e titulou aquelas pessoas.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que nesse final de semana eu estive em Douradina. É lamentável a situação em que se encontra a cidade. Em frente à Prefeitura, há inúmeros tratores de produtores que estão protestando, porque não sabem mais a quem pedir auxílio e proteção. O Estado precisa proteger os produtores que estão sendo jogados para fora de suas terras. É uma absoluta covardia. Aquelas pessoas chegaram àquelas terras porque o Getúlio Vargas as titulou. Inicialmente foi construído o distrito e posteriormente a cidade de Douradina. Hoje, os produtores estão sendo jogados aos leões, com ameaça de invasão, com muita violência. E o pior é que, quando se deflagra uma crise, a Força Nacional é mobilizada, vai à propriedade, e legitima a invasão! O produtor não tem o direito de manter o *status quo*. A Força Nacional protege o invasor, quando, na realidade, deveria manter a ordem. Se a pessoa está na propriedade há noventa anos, se ela detém o título, que se presuma a boa-fé! Logo, ela precisa ser mantida dentro de sua casa. Não é a fazenda, é a casa da pessoa. O governo federal encontra-se numa situação de completa inoperância. Nós sabemos exatamente o que tem de ser feito. Eu quero dizer o seguinte, com muita clareza: nós não podemos resolver esse problema agora comprando outra área, porque, na realidade, existe regra e há uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Há uma forma de resolver o problema. Há mais de duzentos produtores com suas terras invadidas; muitos há mais de 30 anos. Então, nós não podemos resolver problemas recentes e esquecer aqueles mais antigos. É necessário haver regra. A mesa de conciliação do Supremo Tribunal Federal e o ministro Gilmar Mendes têm de ser levados a sério. É preciso resolver o primeiro caso. Com isso, "pavimentaremos uma avenida" para resolvermos os problemas existentes aqui em Mato Grosso do Sul. Mas invasão é inaceitável, assim como é inaceitável a postura da Força Nacional, que vem aqui legitimar a ação de invasores de terra.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Um aparte, meu amigo deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu fiquei sentido porque ontem à noite amigos meus da direita foram desrespeitados pelo candidato deles, que os chamou de "melancia". Mas, deputado, não confunda ação de movimentos com ações do Partido dos Trabalhadores; até porque, semana passada, o Pedro Kemp fez um pronunciamento aqui brilhante, fundamentado e claro a respeito do que está acontecendo em Douradina e do nosso posicionamento com relação àquela situação. Eu fui lá também. Acontece que há pessoas do outro lado, do lado que Vossa Excelência representa, "colocando lenha, colocando gasolina na fogueira", quando, na verdade, nós temos que "abaixar a fervura da água". O deputado Pedrossian Neto fez um aparte

aqui demonstrando a mais ajuizada interpretação do momento. O ministro da Suprema Corte Gilmar Mendes criou uma comissão, formada por proprietários de terra, por lideranças dos povos indígenas, do Congresso Nacional, do Executivo, com a finalidade de tratar do assunto. E até o final do ano deve sair um entendimento acerca dessa demanda, que não se resume na história do marco temporal. Portanto, nosso objetivo é tratar como importantes os interesses dos dois lados. O Lula provocou o governador quando esteve aqui e se propôs a disponibilizar recursos para o Executivo comprar uma terra. A intenção é resolver o problema do conflito por terras em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Meu amigo Zeca do PT, eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. E quero salientar que sou testemunha de que, quando invadiram as fazendas do lado de cá do rio, tanto a do Silveira, quanto a do senhor Raul, o senhor veio à tribuna e disse que não concordava, definitivamente, com invasão. O senhor foi claro ao dizer isso. Agora, eu acho que essa conversa do ministro Gilmar Mendes não vai dar em nada. Ora, por que o Supremo Tribunal Federal, o topo do Judiciário, não cumpre a Constituição? A Constituição Cidadã de 1988 é clara. O artigo 231 diz que toda terra em que o índio estiver presente tem que ser demarcada em cinco anos. Ocorre que, no mesmo ano, o Fernando Henrique Cardoso baixou o Decreto nº 1.775 para criar embaraço e vir com esse negócio de estudo antropológico. Se for estudar antropologia no Brasil, todos nós teremos que ir embora daqui, porque tudo é dos índios. Quando o Brasil foi descoberto, em 1500, os índios já estavam aqui. No entanto, eles não tinham Constituição. Logo, aqui não era uma nação. Depois da Proclamação da República, o governo federal pegou 60 quilômetros de terra da fronteira e doou o restante para o governador vender, receber e criar este estado maravilhoso, que é Mato Grosso do Sul. Agora, cem anos depois, a quantidade de índios aumentou de cerca de dez mil para cerca de setenta mil, e eles estão no mesmo pedaço de terra. E não foi a União, foi o governo do estado que titulou as terras. Quem titulou as terras que estão invadidas em Dois Irmãos do Buriti, em Caarapó e em Douradina foi o governo do estado, em 1923. Então, se falta terra porque a quantidade de índio aumentou, o Lula tem que chegar aqui e dizer: "Eu sou parceiro". Eu sou favorável a isso. Acontece que o governo do estado vai tirar dinheiro da saúde, da educação, da infraestrutura para comprar a terra e colocar no nome da União. Se fosse para o Estado comprar a terra e colocá-la no nome do índio para que ele se tornasse um cidadão como nós e trabalhasse, hipotecasse sua terra e fizesse financiamento no banco e tal, tudo bem. Mas o dinheiro que o Estado tirar do cofre para comprar a terra, vai faltar para outra coisa. E tem mais, vai comprar a terra e incluí-la no patrimônio da União, e o índio vai continuar passando fome, sendo usufrutuário, sem contar com nenhum tostão de investimento. Isso é o que eu vejo há sessenta anos, quando cheguei a este estado. Antigamente era melhor, quando havia o rezador, o cacique, quando a polícia que atuava na região era a do Estado. Hoje, é a Polícia Federal que atua na região. Vá a Dourados e veja como está a situação! Quando eu cheguei em Dourados não havia ladrão. Hoje, se você quiser achar bicicleta roubada, moto roubada, é só ir lá dentro da reserva. Muitos paraguaios vêm para cá, falam a língua tupi guarani, casam-se com uma índia e começam a participar desse banditismo. É isso que está acontecendo, hoje em dia, na reserva de Dourados. Então, nós não podemos, deputado Zeca do PT, pagar o preço. Quem sustenta esta nação é quem trabalha e produz, não quem é depende da nação; o índio é dependente da nação, é dependente dos impostos que nós pagamos. Em Amambai foi assassinado um índio. E o que ele era? Era professor. Se ele era professor, ele tinha a intenção de unir, não de criar atritos. Em Dourados, foi presa, há pouco tempo, fazendo extorsão a produtor rural para não deixar invadir, a filha do Veron, que é advogada. Um soldado Terena estava pegando propina para não deixar invadirem as terras. Há uma Constituição a ser cumprida. Mas o que a

gente vê é esse desmando, é essa perseguição a quem trabalha e produz. Isso não pode continuar acontecendo. Se o Estado quiser doar recursos para resolver o problema, que doe; mas ele precisa levar a paz e dar um basta na desordem e na invasão. O que está acontecendo hoje em Douradina é que a própria polícia está ajudando os invasores a depredarem o patrimônio. Comentaram aqui sobre tratores na porta da Prefeitura. Dizem que os índios estão do lado do prefeito. Não estão, não! Lá há eleitores de todos os lados. A atual candidata Nair Branti já apoiou Vossa Excelência para governador do estado. Estão dizendo por aí que ela está do lado do produtor rural, que ela é do PL, mas ela não é. Ela apoiou Vossa Excelência a pedido do meu querido amigo deputado Ary Rigo, de quem tenho saudade. Agora ela está dizendo que defende o produtor rural, que está no PSD e que o PL está dando apoio a ela. É tudo "farinha do mesmo saco". Voto deve ser disputado, não comprado e nem vendido. Em Caarapó está acontecendo a mesma coisa. Há uma candidata a prefeita, minha amiga, que disse que não apoiaria o candidato Gordo da Tigre, porque ele havia fechado com o PT. Aí ela acabou escolhendo um vice condenado, que não podia ser vice, que usou a bandeira do Lula quando ele venceu a eleição, e eu não tenho nada contra isso; agora ela está lá dentro da reserva acertando com os índios também! Ela, que dizia ser de direita e que não apoiaria o Gordo da Tigre porque ele estava com o PT. Hoje, todos estão querendo apoio do PT. Eles estão lá na reserva atrás do voto dos índios. Aliás, há candidatos indígenas dizendo que são de direita. Que brincadeira é essa de dois pesos e duas medidas? Ou dizem a verdade, ou ficam a vida inteira enganando o povo. Nós precisamos, presidente, alertar as autoridades. É preciso colocar um basta no que está acontecendo em Douradina. Pessoas de sessenta anos de idade, que trabalharam na terra a vida inteira, agora estão vendo seu patrimônio todo destruído pelos índios, e a polícia está do lado, assistindo àquele show de horrores. Outro dia eu liguei para o secretário de Segurança, falei da situação, e ele me disse o seguinte: "Como é que eu vou interferir nisso, se o assunto é federal?... Estão aqui a Polícia Federal, a Guarda Nacional, o Ministério Público, o Ministério da Justiça, o Ministério dos Índios." É preciso resolver o assunto. O produtor está lá de boa-fé, para trabalhar, para produzir, para criar seus filhos, para desenvolver. Agora, os invasores, sim, estão de má-fé. Eu sou contra a invasão do que é alheio.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu tenho ido a Douradina, tenho amigos produtores lá, e eles têm solicitado que eu veja essa situação. Eu vou resumir tudo o que o senhor disse, deputado Zé Teixeira, em uma só palavra: hipocrisia! É uma baita hipocrisia. Acho que existe em Douradina o interesse de algumas pessoas, as quais acabam fazendo uma confusão gigante, acabam usando da boa-fé da comunidade indígena. Eu tenho conversado com muita gente e tenho procurado identificar quem está fazendo esse movimento de invasão. Olha, esse movimento não é espontâneo. A comunidade indígena não acordou certo dia e resolveu retomar determinada terra que por lei é dela. Não foi isso que aconteceu. Há algumas lideranças com interesses próprios, que têm incentivadores de fora do município, os quais têm o interesse de levantar essa discussão exatamente no período de campanha eleitoral, tentando jogar a comunidade indígena contra um candidato. A invasão é eleitoreira, na minha opinião. Segundo relatos, até o prefeito está participando disso. Eu não estou afirmando, mas recebi informações de várias pessoas que estão lá na região. Esta semana, inclusive, produtores fizeram um tratoraço em frente à Prefeitura, para que o prefeito se manifestasse sobre a situação. Há indícios de que a invasão é orquestrada. E quem está perdendo com isso? O produtor e a comunidade indígena. Os dois lados estão

perdendo. Por quê? Muitos indígenas estão irritados, estão contra tal manifestação, haja vista que há muitos deles trabalhando em fazendas, no comércio, em empresas, enfim. E essas pessoas estão se sentindo retaliadas. Isso não é bom, acaba prejudicando Douradina e até outros municípios. O que nós queremos é paz. Os dois lados precisam se entender. A meu ver, para resolver esse problema, é preciso descobrir quais são os interesses das lideranças que estão provocando as invasões, lideranças essas que não representam a comunidade indígena. É importante salientar que nem todos os índios estão nesse barco. O que está acontecendo é de interesse de apenas algumas lideranças. É preciso muita cautela para tratar desse assunto, caso contrário, pode estourar um enfrentamento em nível estadual. Isso é ruim para o estado. Nós não podemos servir de massa de manobra de pessoas mal-intencionadas. É preciso colocar para funcionar um sistema de inteligência na região para tentar entender o que está acontecendo. Como é que nós que estamos de fora vamos conseguir entender a situação? A Funai, a Polícia Federal, os órgãos controladores, todos precisam trabalhar com inteligência, a fim de solucionar o problema e colocar um basta no conflito. Nós não podemos viver em guerra neste solo tão rico. Ao longo de décadas, as pessoas viveram em paz no campo, uma ajudando a outra; o senhor acompanhou isso, deputado Zé Teixeira. Agora, de uma hora para a outra, tudo mudou. Bem na época da campanha eleitoral, começou a acontecer esse enfrentamento todo. É preciso parar com a hipocrisia. Nós temos que parar de servir de massa de manobra e entender a situação. Não podemos ficar divulgando coisas que são de interesse de uma minoria.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, há uns vídeos que foram feitos dentro do Ministério Público. Hoje não há lado "A" ou lado "B", há um conflito. Os dois lados estão disputando a eleição. Não pense que o PL e a direita não estão disputando o voto dos índios. Claro que estão. E estão fazendo alguns vídeos também fora do alcance das pessoas. Outra coisa, voto do índio, do branco, do negro, do amarelo, do rico, do pobre, enfim, é tudo igual. Voto é voto. Douradina e Caarapó têm uma quantidade enorme de votos. Muitos que se diziam de direita, em Caarapó, e que não apoiariam o prefeito porque ele se juntou ao PT, agora estão disputando o voto dos índios e o apoio do PT. O Mário Valério, que eu elegi por duas vezes com esse mesmo grupo, desfilou em Caarapó com a bandeira do Lula. Há alguma coisa errada nisso? Não! Mas ele expôs publicamente que está do lado do Lula. E o lado da direita está atrás dele. Quando ele foi impedido, quem se colocou como vice do lado da direita? A filha dele...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — ... Eu estou dizendo o que está na mídia. E lá em Panambi está acontecendo a mesma coisa. Os tratoristas fizeram o tratoraço lá, mas o sitiante não reclama desse tipo de coisa, ele diz que está sendo incomodado, diz que estão pondo fogo nas palhadas, que estão quebrando as casas, que estão roubando os animais. Pessoas me telefonam para fazer esse tipo de denúncia. Eu não recebo ligação do prefeito ou da Nair Branti, eu recebo ligação dos produtores. Vossa Excelência esteve lá. Quando eu cheguei, o senhor estava lá conversando com as pessoas. E lá havia gente do Lúcio e da Nair Branti também. Nós dois participamos da reunião. Então, o que está acontecendo? Muitos paraguaios vêm de lá do outro lado e se infiltram nas comunidades indígenas para invadir fazendas aqui. Há um impasse na região. E sabe quando isso começou, deputado? Começou em 1973, quando o professor Antônio Brand, aqui da Faculdade Católica, foi a Dourados com o Dom Teodoro e criou o famigerado Conselho Missionário Indigenista. Hoje, há cento e vinte e três pontos aqui no estado, por onde os índios passaram de 1500 para cá e os demarcaram como aldeias desativadas. Aí começou o

impasse. É necessário fazer com que se cumpra a Constituição. E conversar com o "deputado federal A", com o "ministro B", com o Gilmar Mendes, com a Carmem Lúcia, isso não vai dar em nada. É preciso mandar as pessoas cumprirem a Constituição. Mais nada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Zé Teixeira, eu quero fazer um adendo. Vossa Excelência disse que estão criticando o nosso candidato lá em Caarapó, o Gordo, por ele estar coligado com o PT. Mas eu quero lembrar a essas pessoas, deputado, que nós do PT estamos contribuindo para a administração de Caarapó desde a época do prefeito Guaraci e da secretária de Educação Terezinha. Nós participamos da administração do André Nezi. Nós estamos na Secretaria de Educação com a professora Ieda. Estamos fazendo um brilhante trabalho lá. Então, nós do PT, em Caarapó, sempre estivemos apoiando a administração, principalmente na área da educação. Ou seja, sempre estivemos lá organizando as escolas e atendendo a reserva com a educação indígena. É preconceituoso dizer: "Ah, porque é o PT e tal!". A bem da verdade, nós estamos mostrando um trabalho que está sendo reconhecido pela população. Agora, após reunião dentro do partido, nós resolvemos apoiar a candidatura do Gordo e do Pipoca. Nós colaboramos em várias administrações e queremos colaborar na do Gordo também. Reforçar esse preconceito não leva a nada. Mas nós vamos continuar ajudando o município a crescer e se desenvolver. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu vou incorporar o aparte de Vossa Excelência porque o PT, de fato, participou da administração do Guaraci, da administração do Mateus, da administração do Mario Valéria. Alguns apoiaram, outros ficaram contrariados. Eu não sou de esquerda, nem de direita, eu procuro fazer o que é correto. Eu estou aqui debatendo sobre injustiça. Eu estou indignado com a má-fé do outro lado. O índio não tem o direito de invadir e depredar o patrimônio alheio. E o governo federal não pode fechar o olho para o que está acontecendo. Isso está completamente errado. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro deputados presentes, há quórum para deliberação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente. Eu quero apresentar uma moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Nádia Ibrahim Ali Barbosa, falecida no dia 19 de agosto; e uma moção de congratulação ao senhor Ademar de Souza Freitas, sereníssimo grão-mestre da sereníssima Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul, ao senhor Davi da Silva Ribeiro, eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil em

Mato Grosso do Sul, e ao senhor Bento Duailibi, soberano grão-mestre do Grande Oriente de Mato Grosso do Sul, pelo Dia do Maçom. Três potências maçônicas. Vou deixá-las sobre a mesa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de subscrever a moção, se o senhor permitir.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero aproveitar e fazer uma moção de pesar, em nome da Casa, de modo oral, pelo falecimento do senhor Abravanel, nosso querido Silvio Santos, figura que representou a comunicação e que alegrou os domingos do povo brasileiro por muitos anos. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero cumprimentar e registrar a presença das vereadoras Leo Lopes, Tereza e Silmara, de Santa Rita do Pardo, e do suplente de vereador Naleula e sua esposa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós agradecemos a presença das senhoras. É uma honra tê-las aqui na Casa da Democracia. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 015/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Resolução nº 015/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Ruberval Araújo Cunha, poeta e repentista. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 147/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.225, de 12 de julho de 2012, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul, para fortalecer as ações de monitoramento e controle das atividades associadas à comercialização e ao trânsito de materiais de propagação vegetal, sementes e mudas, tendo em vista o relevante crescimento da cadeia de produção de madeira e celulose em Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento

emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu quero lembrar aqui que nós do PT e todos que fazem bom juízo da agricultura familiar na produção de comida, e comida de qualidade, para este país, continuamos na expectativa de que o governo do estado encaminhe para cá um projeto que trate da certificação dos produtos oriundos da agricultura familiar, sejam eles processados ou não. Deputado Londres Machado, Vossa Excelência que tem enorme influência junto ao governo do estado, o governador Riedel tem sensibilidade, o governo Lula destina dinheiro para a agricultura familiar produzir queijo, leite, frango caipira, doce, entre outras coisas. Aí o pessoal traz seus produtos para a cidade a fim de vendê-los e encontra o tal do Iagro, que tem as razões de ordem legal e que apreende os produtos e os joga no lixo. Produtos que poderiam ser comercializados. Nós precisamos, deputado Londres, colegas deputados, senhor presidente, aprovar urgentemente uma lei de certificação para os produtos oriundos da agricultura familiar. É vergonhoso chegar no Redondo ou em qualquer loja dessas que ficam ao longo das rodovias e ver produtos do Paraná, do Mato Grosso, do Norte, de Goiás, de Minas, e não ver produtos feitos aqui no estado. Tenha a santa paciência! Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 147/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. E fica a ressalva de que nós vamos encaminhar ofício ao Iagro. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 106/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Fica instituído o 'Dia Estadual dos Agentes de Segurança Viária', a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para dizer que esta proposição foi feita em atenção aos agentes de segurança viária do estado. O dia 16 de maio é dedicado aos agentes de segurança viária do país, portanto a nossa intenção é harmonizar o calendário. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, enquanto os deputados votam, quero apresentar o informativo do mandato sobre a agricultura familiar. Eu proponho a criação do Selo de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar. Transfiro a discussão para esta Casa. A intenção é que as negociações de trabalho em Brasília sejam ampliadas e que sejam repassados recursos federais para a agricultura familiar. Nossa proposta fala do Pronaf, de linhas de crédito, do Pronaf Custeio, do Pronaf Agroindústria, do Pronaf Mulher, do Pronaf Agroecologia, enfim, e também fala do fundo garantidor que o presidente Lula está criando, para que os bancos e as tais cooperativas de crédito não usem mais a justificativa vergonhosa, medíocre, que têm usado. Quando querem negar recurso para a agricultura familiar, dizem que não há garantia. Para tentar resolver isso, o presidente Lula está criando o FGO - Fundo Garantidor de Operações da Agricultura Familiar. Para encerrar, Pedro Kemp, quero registrar que eu estou criando uma central de denúncia. Quando o banco não quiser financiar, as pessoas poderão ligar e protocolar a denúncia. E nós vamos colocar um advogado à disposição daqueles que forem preteridos no financiamento de recursos que têm sido utilizados para beneficiar apenas os grandes, como sempre, neste país.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação o projeto.

Projeto de Lei nº 106/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Solicito licença para votar. Voto sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e quatro votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Dezoito indicações. Em votação... Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Aníbal Ferreira Gonçalves. Proposta pela Mesa Diretora, em razão do falecimento do senhor Abravanel, mais conhecido como Silvio Santos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Lembrando que hoje faremos a entrega de algumas homenagens aqui na Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação que não li no momento oportuno. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando, com urgência, o melhoramento da rodovia MS-427, no trecho compreendido entre o entroncamento da rodovia MS-228 e a entrada para a Serra da Alegria, bem como o da rodovia BR-228, no trecho entre o entroncamento da rodovia MS-427 e a ponte sobre o rio Taquari. A presente solicitação atende à demanda dos produtores daquela região. Eu vou deixá-la sobre a mesa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Aproveito para reforçar que hoje nós vamos entregar aqui uma moção de congratulação aos Militares do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul que participaram da força-tarefa de resgate enviada ao Rio Grande do Sul. Os deputados que puderem ficar para receber a equipe junto com o deputado Paulo Corrêa, permaneçam no Plenário. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (10h56min).